



ORDEM DOS ECONOMISTAS

RESULTADOS BARÓMETRO ESPECIAL OE19 T3

OBJETIVO

Analisar as questões fraturantes do OE19 e antever a prestação da economia portuguesa em 2019.

INFOGRAFIA

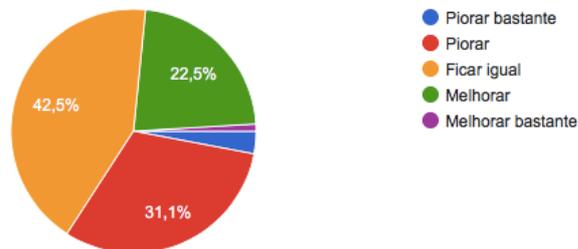
Uma larga fração dos membros da Ordem dos Economistas acreditam na inalteração de cenário das condições da economia Portuguesa. Os cenários centrais foram os que concentraram quase a totalidade das respostas e como tal não são esperadas grandes alterações conjunturais. 42,5% acreditam que a economia irá ficar igual, 31% acham que irá piorar e 22,5% que irá melhorar.

O descongelamento de carreiras e os aumentos salariais para 43,9% dos membros aparentam tratar-se de uma medida eleitoralista, tendo em conta que se trata do orçamento pré legislativas. Contudo, uma outra metade (37%) considera que esta reposição é justa pois é referente a aumentos congelados em anos anteriores. Ainda 19% acreditam que os 750 milhões deveriam ser aplicados em questões mais prementes.

O terceiro Barómetro trimestral da Ordem dos Economistas pretende fazer uma antevisão das questões fraturantes do Orçamento de Estado de 2019 (OE19). Ao todo são 7 questões que perspetivam o futuro da economia Portuguesa e têm como base a opinião de 638 membros.

OE19 - PARTE 1

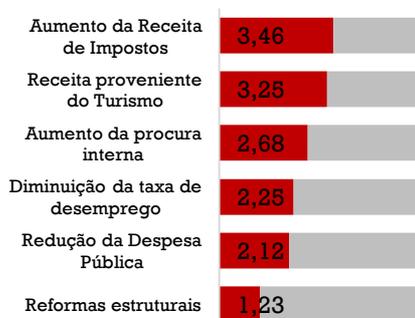
1. NA SUA OPINIÃO, NO PRÓXIMO ANO (2019) A ECONOMIA PORTUGUESA VAI:



2. OS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA VÃO TER AUMENTOS SALARIAIS DE 3,1% NO ANO DE 2019, SOBRETUDO FRUTO DO DESCONGELAMENTO DE CARREIRAS. ESTA MEDIDA REPRESENTA UM ENCARGO DE 750 MILHÕES DE EUROS PARA O ESTADO. NA SUA OPINIÃO:



3. SEGUNDO A PREVISÃO DA COMISSÃO EUROPEIA, O DÉFICE PARA 2019 DEVERÁ FICAR NOS 0,6% (0.2% SEM A MEDIDA “ONE-OFF” DO NOVO BANCO). NA SUA OPINIÃO, QUAIS SÃO OS FATORES QUE CONTRIBUEM MAIS PARA ESTA REDUÇÃO?



O **aumento da receita de impostos**, nomeadamente o ISP foi o fator considerado mais relevante para a descida e para a boa evolução do défice. O imposto criado em 2016 que compensou a baixa do preço do petróleo foi uma importante fonte de receita que ao mesmo tempo não transmitiu a sensação de aumento de impostos às famílias. Segue-se o contributo do **turismo**, fruto do bom momento que este atravessa, sendo um importante motor da economia que aliado ao **aumento da procura interna**, em virtude de uma maior confiança dos consumidores foi determinante para o aumento da coleta fiscal.

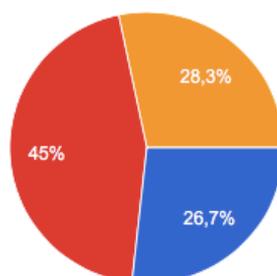
A **diminuição da taxa de desemprego** surge como um ganho duplo, uma vez que implica uma menor despesa em prestações sociais e conjuntamente um aumento do IRS e das contribuições para a Segurança Social.

Em penúltimo, os membros da Ordem consideraram a **redução da Despesa Pública**, que logicamente só terá um maior impacto num médio/longo prazo, ao longo de vários anos de boas performances. No entanto também foi importante na redução dos juros, subjacentes ao decréscimo previsto de 3 pontos percentuais (para 2019) e das diversas operações de “buy-back” já realizadas.

Em último e como menos importante surge o fator das **Reformas Estruturais** que do ponto de vista dos Economistas terá sido o que contribuiu menos.

45% dos inquiridos acreditam que a melhor solução para a elevada dívida pública é a manutenção da atual carga fiscal, de modo a reduzir o seu peso o mais rapidamente possível. 28,3% preferem, no entanto, uma redução mais lenta, com menos esforços para as empresas e famílias, aliviando a carga fiscal. Por último, 26,7% estão satisfeitos com o ritmo de diminuição da dívida.

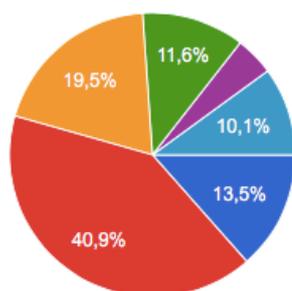
4. A DÍVIDA PÚBLICA DECRESCEU 4,2% EM 2017, CONTUDO AINDA SE MANTÉM NUM NÍVEL BASTANTE ELEVADO (125,7%). ESTE VALOR REPRESENTA RISCOS DE VULNERABILIDADE A CHOQUES EXTERNOS E É ESTIMADA UMA REDUÇÃO MÉDIA DE 3 PONTOS PERCENTUAIS AO ANO ATÉ 2019. NA SUA OPINIÃO:



- Este é um bom ritmo de redução da dívida pública
- A austeridade deve ser mantida de modo a reduzir a dívida o mais rapidamente possível
- A carga fiscal deverá ser reduzida, diminuindo a dívida pública mais lentamente

40% define como prioridade a reforma da Administração Pública. Este é o instrumento principal de aplicação das políticas, do desenvolvimento do país e do bem-estar das pessoas, sendo essencial para se racionalizar custos e fazer poupanças. Em seguida surge com 19,5% a reforma do sistema fiscal e quase igualmente as reformas da Segurança Social, da Saúde e a Descentralização. A reforma apontada como menos prioritária é a da Educação.

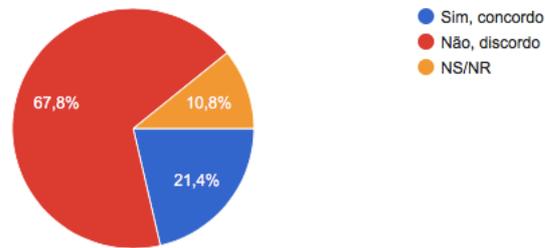
5. NA SUA OPINIÃO, QUAL A REFORMA MAIS IMPORTANTE PARA A PRÓXIMA LEGISLATURA?



- Reforma da Segurança Social
- Reforma da Administração Pública
- Reforma do sistema fiscal
- Reforma do setor da saúde
- Reforma da Educação
- Descentralização

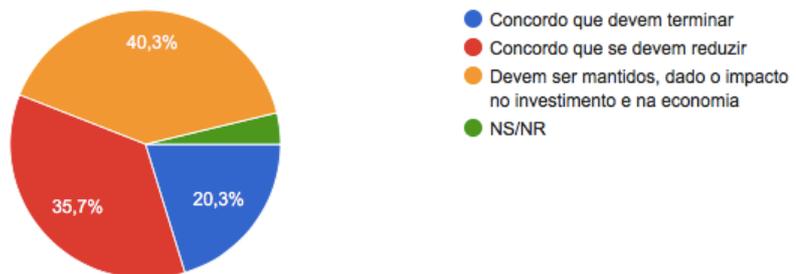
Uma destacada maioria de quase 68% opõe-se à proposta de redução de IRS para quem emigrou nos últimos anos, uma vez que esta medida poderá criar um clima interno de desigualdade. Contudo, apenas 21% concordam com a proposta, acreditando que esta será uma medida eficaz para fazer regressar alguns recentes emigrantes.

6. RELATIVAMENTE À PROPOSTA DE REDUÇÃO DE IRS PARA QUEM TENDO EMIGRADO NOS ÚLTIMOS ANOS REGRESSE A PORTUGAL:



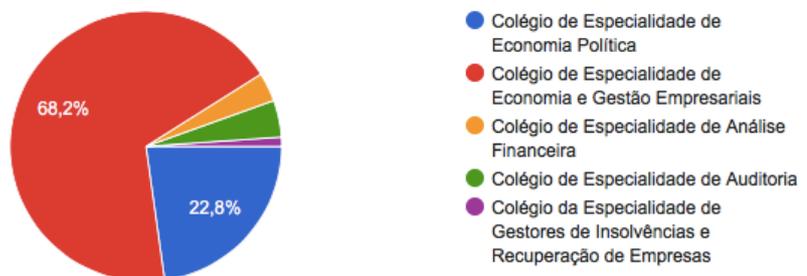
No que diz respeito aos benefícios fiscais em IRS a não residentes, as respostas encontram-se tripartidas sendo que 76% concordam que estas se devem manter (40% dos quais) inalteradas, dado o impacto e investimento na economia e (os restantes 36%) consideram que devem ser reduzidos. As restantes respostas, uma minoria de 20% consideram que estes benefícios devem terminar.

7. QUANTO À PROPOSTA DE ACABAR COM OS BENEFÍCIOS FISCAIS EM IRS A NÃO RESIDENTES:

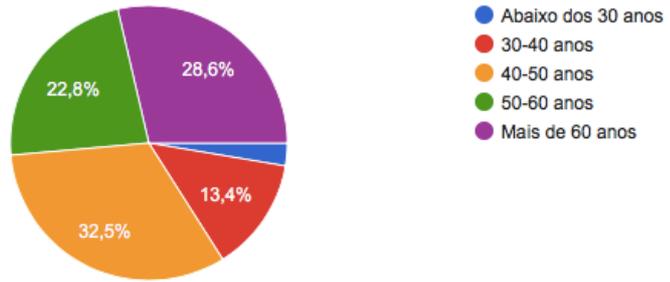


QUEM SÃO OS MEMBROS? - PARTE 2

Colégio de Especialidade



Faixa Etária



Género

